Cadernos de África Contemporânea

ISSN: 2595-5713

Vol. 07 | Nº. 14 | Ano 2024

O SISTEMA DE ENSINO COLONIAL PORTUGUÊS E A SUA RELUTÂNCIA NA CRIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

THE PORTUGUESE COLONIAL EDUCATION SYSTEM AND ITS RELUCTANCE TO CREATE HIGHER EDUCATION IN ANGOLA

João Jeremias Chiweyengue

RESUMO: Este estudo tem por objetivo apresentar o sistema de ensino colonial português e a sua relutância na criação do ensino superior em Angola. Descrevemos as formas de penetração da educação portuguesa no antigo reino do Congo (hoje, parte dele, constitui a República de Angola). Abordamos a suposta superioridade racial e cultural dos portugueses sobre os povos nativos, enquanto descrevemos o tipo de instrução a que os homens e mulheres de África foram inicialmente submetidos. Datamos as aspirações para a instalação da universidade em Angola e a expansão dos Estudos Gerais Universitários em Nova Lisboa (Huambo) e Sá da Bandeira (Lubango). Abordamos sobre a substituição dos Estudos Gerais Universitários na pós-independência. Utilizou-se uma metodologia de abordagem qualitativa, realizando uma pesquisa exploratória e descritiva, envolvendo levantamento bibliográfico e documental.

PALAVRAS-CHAVE: Angola; Educação; Colonialismo; Ensino Superior

ABSTRACT: The aim of this study is to present the Portuguese colonial education system and its reluctance to create higher education in Angola. We describe the ways in which Portuguese education penetrated the former kingdom of the Congo (part of which is now the Republic of Angola). We address the supposed racial and cultural superiority of the Portuguese over the native peoples, while describing the type of education to which the men and women of Africa were initially subjected. We date the aspirations for the establishment of a university in Angola and the expansion of General University Studies in Nova Lisboa (Huambo) and Sá da Bandeira (Lubango). We discuss the replacement of General University Studies in the post-independence period. We used a qualitative approach, carrying out exploratory and descriptive research, involving a bibliographical and documentary survey.

KEY WORDS: Angola; Education; Colonialism; Higher Education

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

O SISTEMA DE ENSINO COLONIAL PORTUGUÊS E A SUA RELUTÂNCIA NA CRIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

João Jeremias Chiweyengue [1]

Introdução

A tónica deste artigo é o de apresentar a história do sistema de ensino colonial português e a sua relutância na criação do ensino superior em Angola. Ele pretende apresentar esta história, através das fontes bibliográficas e documentais. O texto começa por abordar os primeiros contatos estabelecidos entre portugueses e congueses, no século XV. Rapidamente, analisa a missão civilizadora portuguesa, a ideologia educativa adotada para Angola, enquanto descreve a introdução da escola do modelo ocidental em Angola e os lugares que os primeiros africanos tiveram contato com este ensino. Fala das razões para a negligência e discriminação racial do ensino escolar aos povos africanos, revelando a mentira da tão apregoada missão civilizadora portuguesa. Apresenta o contributo das missões católicas e protestantes no sistema de ensino colonial português em Angola.

Este texto descreve também os fatores que tornaram a cidade de Sá da Bandeira (hoje Lubango) pioneira na petição de uma Universidade em Angola. Fala do contexto histórico e político vivido no país depois de 1945, que impulsionou o aumento da rede escolar e a criação dos Estudos Gerais Universitários em 1962. O texto encerra com abordagem sobre a substituição dos Estudos Gerais Universitários no pós-independência em Angola. A investigação procurou resolver o problema do desconhecimento das razões do elevado índice de analfabetismo que afetou o país após a proclamação da independência; também, do desconhecimento do processo que leva a criação do ensino superior em Angola. Para a elaboração do presente artigo, utilizou-se os métodos de pesquisa histórica: revisão bibliográfica e documental.

1. **Pesquisa Bibliográfica** é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisadores anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. (ALVES, 2012). Com este método, foi possível explicar a ideologia educativa colonial portuguesa em Angola, o contexto que leva ao surgimento dos Estudos Gerais Universitários no país e a sua substituição no pós-independência.

[1] Doutorando em História pelo Programa Interuniversitário organizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa; Universidade Católica Portuguesa e pela Universidade de Évora. Mestre em Ensino da História de África e Licenciado em História respectivamente pelo ISCED-HUÍLA. É professor do Ministério de Educação em Angola.

2. **Pesquisa Documental** é aquela baseada não só em documentos impressos, mas também em outros tipos de documentos, tais como: jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais. Estes documentos, cujos conteúdos ainda não tiveram tratamento analítico, são a matéria-prima a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2007, p. 123). Nos documentos, encontrou-se informações que permitiram descrever o processo de petição e da criação dos Estudos Gerais Universitários em Angola e a sua expansão em Sá da Bandeira e Nova Lisboa.

O Assimilacionismo como ideologia educativa colonial adoptada para Angola

Ao abordarmos a ideologia educacional colonial portuguesa, impõem-se necessariamente situar quando e como começa a presença portuguesa em Angola. O historiador angolano Rui Filipe Gungu (2014), na sua obra *África até Quando?* afirma que os portugueses chegam ao reino do Congo[2] no último quarto do século XV, especificamente em 1482, liderados pelo navegador Diogo Cão. Os congueses deram as boas-vindas aos estrangeiros brancos. Wheeler e Pélissier (2013) afirmam que Diogo Cão regressou a Portugal em meados de 1484, trazendo consigo quatro bacongos[3] a quem desejava ensinar a língua portuguesa, para que, através destes homens, pudessem estabelecer relações entre os dois reinos. Formaram-se relações de amizade, diplomacia e comércio.

Gerald Bender, no seu trabalho *Angola sob Domínio Português – Mito e Realidade*, nota que os portugueses acreditavam fervorosamente na superioridade da sua civilização. Assim sendo, sustentavam que as suas ações visavam os interesses dos africanos em mudar completamente todos os aspectos das suas vidas, incluindo as suas organizações sociais, econômicas e políticas, as crenças religiosas, o vestuário, os hábitos alimentares, a cosmologia, o habitat e as técnicas agrícolas. Na senda desta premissa falaciosa, seguia-se a destruição das instituições tradicionais, crenças e práticas africanas. Servia também para justificar a escravatura, entendida como positiva, uma vez que afastava os africanos das suas próprias culturas, enquanto os aproximava da portuguesa (BENDER, 1976, p. 220).

Enfatizando a sua suposta superioridade racial e cultural, os portugueses começaram a assimilar os angolanos através da instrução. De acordo com Américo Boavida (1967), esta

---

Outrossim, Docente do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente-a Escola do Huambo. joaojeremiaschiweyengue@gmail.com

[2] Recorde-se que o Reino do Congo era delimitado a norte pelo rio Cuanza. A sua capital foi Mbanza Congo, hoje capital da província angolana do Zaire (GUNGU, 2014).

[3] Eram da província de Mpinda, do então reino do Congo. Dentre estes homens, encontrava-se um primo do mani Soyo, com o nome do batismo de Dom Miguel da Silva (SETAS *apud* KEBANGUILAKO, 2016, p. 126).

instrução baseava-se na missão civilizadora dos portugueses, que devia passar pela cristianização e portugalização dos africanos (BOAVIDA, 1967, p. 31). Assim, à medida que Portugal expandia a conquista territorial, implantava a ideologia assimilacionista com o auxílio da igreja católica. Como Emídio Fernando, "a igreja católica e o Estado português sempre estiveram intimamente ligados para a disseminação da fé cristã e a expansão da presença imperial portuguesa" (FERNANDO, 2005, p. 206). A conjugação destes interesses traçou a primeira ideologia de educação colonial portuguesa em Angola, no qual os padres seriam os primeiros professores das famílias em Angola.

As primeiras formas de instrução para os africanos

O sistema do ensino colonial em Angola reflete as prioridades e as ideologias do poder colonial e da igreja católica, ao desfavor das formas pré-coloniais da educação tradicional das sociedades africanas. A introdução da escola do modelo ocidental teve início nas missões católicas, foi nesses lugares que os primeiros africanos tiveram contato com o ensino da religião cristã, que trazia a aprendizagem das letras e os costumes europeus. Laurindo Vieira (2007, p. 43) comenta a este respeito: "no início, o ensino ficou confinado às missões religiosas, que ensinavam aos africanos a contar, a ler e escrever em língua portuguesa. Era uma educação assente em noções básicas da religião ocidental, nos fundamentos elementares da cultura portuguesa".

Numa primeira instância, a educação ficou reservada à corte real do Congo. Wheeler e Pélissier (2013) consideram que, na história da aculturação[4] em Angola, Nzinga Mbemba, batizado como Afonso I, foi o primeiro assimilado aos valores e costumes portugueses. Enquanto soberano do Congo, entre 1506 e 1543, Afonso I foi otimista quanto às oportunidades de uma relação frutífera com Portugal. Apesar de ser africano, assemelhava-se, culturalmente, a um português devido à sua aculturação. Durante o seu reinado, enviou um dos seus filhos com o nome de batismo Henrique, para estudar teologia em Portugal. Em 1581, Henrique tornou-se o primeiro bispo africano da Igreja Católica Romana (WHEELER; PÉLISSIER, 2013, p. 61).

Conforme demonstra Vieira (2007, p. 48) quando, por volta de 1575 o processo de conquista se expandiu em Luanda e em Benguela em 1617, introduziu-se o ensino das letras e da Matemática, mas este ensino tornou-se um privilégio para os filhos dos colonos brancos e para

[4]Alfredo Bosi define "aculturação" como a sujeição de um povo à adoção tecnológica de um certo padrão tido como superior. Bosi defende ainda que a aculturação é necessariamente um fenômeno de controle social de um povo sobre outro (1996, p. 10).

uma minoria de crianças negras. Enquanto os indígenas[5], recebiam instruções rudimentares em higiene, catecismo e língua portuguesa. Todos estavam predominantemente a cargo das missões religiosas.

A institucionalização do ensino oficial e a penetração das missões protestantes em Angola

O surgimento do ensino oficial em Angola e a sua expansão, produziram-se sob consideração de políticas do povoamento português, que tinham como fundamento o desenvolvimento colonial. A negligência do governo metropolitano português de criar em Angola estruturas escolares definidas, e um sistema de ensino legislado, continuou até 1845. Anthony Samuels faz notar que a partir do decreto de 14 de agosto de 1845, publicado pelo Ministro do Ultramar Joaquim José Falcão, era criado o ensino destinado às colônias (SAMUELS, 2011, p. 44). Isso significa que Portugal precisou de 363 anos[6] para elaborar um sistema de educação oficial para Angola. Rafael Ávila de Azevedo, pedagogo e Diretor dos Serviços de Instrução Pública de Angola entre 1947 a 1957, se refere à data como "o prenúncio da abertura dos primeiros alicerces da escola pública no ultramar português e particularmente em África" (*apud* VIEIRA, 2007, p. 45).

Este decreto de 14 de agosto de 1845, além de estabelecer um sistema coordenado de educação fora do Portugal metropolitano, concedia ao Governador de cada província a liberdade de ação para, dentro de determinados princípios de organização, fazer o que considerasse adequado (SAMUELS, 2011, p. 45). O mesmo decreto de 1845 fazia surgir dois níveis de escolas primárias: um nível mais abaixo igual ao existente em Portugal, e uma escola principal, de nível mais elevado que, embora correspondesse ao nível mais alto da escola primária portuguesa, era vista em Angola como um nível final, sem previsão de transferência para uma etapa superior. A escola principal estava programada para Luanda (*Ibidem*). Lúcio Lara esclarece que a escola principal tinha o encargo de instruir mancebos que, sem deixar o solo africano se habilitariam para derramar a instrução primária entre os seus conterrâneos brancos (LARA, 1954, p. 1).

Este diploma de 1845 criava e distribuía as escolas primárias em Angola. Eis, nesta altura, a distribuição e frequência dos alunos:

[5] De 1482 até 1926, os colonos portugueses consideram indígena o negro aborígene, originário, ou nascido em Angola. Entre 1926 a 1961, ser indígena resultou duma classificação jurídica que dava estatuto legal distinto e oposto ao de cidadão. Neste segundo período, o indígena era o negro que não tinha assimilado a cultura portuguesa.

> Cinco no centro de Luanda, sete em arredores, seis no Golungo Alto, três em Benguela, duas em Moçâmedes e uma escola primária no Ambriz. Com uma população escolar de 914 alunos, sendo 40 raparigas. Nos anos seguintes, este número decaiu para 522 alunos (*Ibidem*).

Salienta-se que, na prática, este decreto de 1845, não alterou a situação de escolarização da maioria dos homens e mulheres nascidos em Angola. Conforme escreve Lúcio Lara:

> A preocupação dos conquistadores no que diz respeito à instrução dos povos nativos, apenas se manifestou sob a forma de imposição da Língua Portuguesa. Tudo quanto fosse além disso era apenas destinado para as famílias brancas de Angola (LARA, 1954, p. 1).

O ensino legislado era frequentado pelos filhos dos colonos. Mais tarde, a portaria de 19 de novembro de 1856, subscrita por Marquês de Sá da Bandeira, permitiu que um número reduzido de negros, filhos dos régulos, sobas e outros responsáveis do poder tradicional, fossem englobados no sistema de ensino e educados em Luanda às custas do Estado português sob responsabilidades do Governador-geral (ZAU, 2012, p. 195). Dinis Kebanguilako considera que o principal objetivo desta portaria era proporcionar aos descendentes das autoridades locais uma educação diferenciada, instrumentalizando-os para o processo de aculturação e expansão da portugalização (KEBANGUILAKO, 2013, p. 5). Samuels nota que, em 1869, com a refinação e expansão das regulamentações de 1845, surge em Angola o ensino secundário (2011, p. 45).

Sobre esta evolução do sistema de ensino em Angola, Lara (1954, p. 2) acrescenta que, "o decreto de 1869, promulgado pelo estadista Rebelo da Silva, aumentou o número de escolas e impôs novos métodos de orientação pedagógica". O Governo assumiu a responsabilidade do controle financeiro e pedagógico das missões religiosas (SAMUELS, 2011, p. 45). Apesar desses decretos, considerado por alguns como progressivos no sistema educativo angolano, a população nativa continuou excluída do processo de ensino e aprendizagem público. Mesmo no século XIX, a educação em Angola continuava a ser um privilégio para a minoria e um instrumento para o assimilacionismo da cultura portuguesa. A este respeito, Vieira (2007) e Samuels (2011) criticam os decretos de 1845 e 1869, por limitarem e beneficiarem as populações brancas que vivia em Angola.

Nas missões da igreja católica, a educação continuava sob o panegírico de cristianização dos "selvagens" (BOAVIDA, 1967). Conforme notam Wheeler e Pélissier, "o catecismo, prevalecia sobre qualquer responsabilidade de criar uma população alfabetizada" (2013, p. 125).

---

[6] Se tivermos em conta a data da chegada dos portugueses à foz do rio Zaire (1482) e a criação da educação oficial em Angola em 1845.

Além disso, três séculos depois da sua chegada a Angola, os movimentos missionários católicos continuavam confinados essencialmente às cidades de Luanda e Benguela (*Ibidem*).

A partir do último quarto do século XIX, Angola experimentou a atividade missionária protestante, que se estabeleceram majoritariamente no interior de Angola. Wheeler e Pélissier (2013, p. 126) consideram que as primeiras organizações protestantes em Angola foram: a Sociedade Missionária Baptista fundada em 1878; o Conselho Americano de Comissários para as Missões Estrangeiras (Congregacionistas) em 1880; a Sociedade Missionária Baptista Americana no Estrangeiro em 1882; a Igreja Episcopal Metodista em 1885; as Missões Cristãs em Muitas Terras em 1889; os irmãos de Plymouth em 1890; a Missão Filafricana em 1897; a Liga Evangélica de Angola em 1897; a Aliança Cristã e Missionária em 1907; a Missão Geral da África do Sul em 1914 e, a Adventista do Sétimo Dia, fundada em 1924.

Com as organizações protestantes, os angolanos tiveram contato com uma educação diferenciada daquela definida pelas políticas de ensino colonial. Ouça-se, a este respeito, Laurindo Vieira: "Apesar das missões protestantes terem administrado unicamente o ensino primário, o faziam com o objectivo de criar uma classe de pequenos quadros africanos" (2007, p. 55). Sobre esta educação, António Guebe acrescenta: "as escolas da igreja protestante estavam concebidas para ensinar a ler e a escrever aos cristãos de forma a permitir a leitura e interpretação das sagradas escrituras na comunidade de origem" (2019, p. 104).

Ainda sobre esta educação, Brito Silva (2019, p. 6) escreve: "os métodos de instrução dos indígenas e assimilados praticados pelos missionários protestantes em […] Angola eram considerados desviantes daqueles pretendidos pelo regime colonial". Recorde-se que as missões protestantes formaram e concederam bolsas de estudo aos vários nacionalistas angolanos, entre os quais, Agostinho Neto pela Igreja Episcopal Metodista, Holden Roberto pela Sociedade Missionária Baptista e Jonas Savimbi pela Igreja Evangélica Congregacional: nomes incontornáveis na história da luta de libertação colonial em Angola (BRIDGLAND, 1987; HENDERSON, 2001). Salienta-se que a igreja católica, embora tivesse corroborado com o regime colonial português ao longo dos séculos da sua presença em Angola, revelado com o Acordo Missionário de 1940 e o Estatuto Missionário de 1941, não invalida a constatação segundo a qual, tenham surgido no seio da Igreja católica muitos focos de resistência, de apoio e reação que contribuíram para o sucesso da luta pela independência. [7]

De acordo com Silva (2019), a partir de 1926 e durante a vigência do Estado Novo (1933-1974), que coincide com a implementação do colonialismo, registrou-se um aumento de escolas

e expansão do sistema educativo angolano. Esta expansão tem início em 1919, com a política de disseminação das escolas primárias superiores[8] e com a criação do Liceu Salvador Correia de Luanda. A reforma educativa de 1927, a fundação do Liceu da Huíla, o surgimento de escolas missionárias e o aumento das escolas públicas, sobretudo nos grandes centros urbanos, impulsionou esta expansão. Apesar da reforma de 1927, as políticas educativas continuaram a propagar a missão civilizadora. Paralelamente, acentuou-se a discriminação racial no ensino e a aposta na evangelização católica dos angolanos, em contraposição e repressão do avanço protestante (SILVA, 2019). A reforma educativa de 1927 desvelou a assimetria do sistema de ensino, que perdurava desde o século XVI. No Diploma legislativo nº 518 de 16 de abril de 1927 lê-se:

> Pretendendo satisfazer às necessidades mentais de dois grupos étnicos, naturalmente tão distanciados, como o europeu e o africano, esta organização procura estabelecer dois ramos assimétricos: o ensino para os europeus e assimilados e o ensino para os indígenas (*apud* GOMES, 2014, p. 3).

Embora o diploma permitisse que negros e brancos assistissem às mesmas aulas, havia uma exiguidade de assimilados nos liceus e nas escolas técnicas. O primeiro Presidente angolano Agostinho Neto, em depoimento dado a Augusta Conchiglia, na sua obra *Agostinho Neto – da guerrilha aos primeiros anos da independência*, confirma: "após a escola primária, os meus irmãos e eu passamos para o Liceu Salvador Correia, onde havia pouquíssimos africanos na época" (CONCHIGLIA, 2019, p. 10). Os números percentuais da frequência de alunos negros, mestiços e brancos nos Liceus de Luanda, Moçâmedes e Sá da Bandeira (hoje Lubango) entre 1926 – 1952, reforça a fala de Agostinho Neto:

Tabela 1: Frequência por "raça" no Liceu Salvador Correia entre 1926-1930.

Alunos	Percentagem
Brancos	51,39%
Mestiços	42,22%
Negros	6,39%

Fonte: Lara (1954, p.3).

Tabela 2: Frequência por "raça" no Liceu de Moçâmedes em 1934.

Alunos	Percentagem
Brancos	77,90%
Mestiços	22,10%
Negros	0%

Fonte: *Ibidem*.

[7] Menciona-se os seguintes padres católicos nacionalistas: P. Alexandre do Nascimento, Cónego Monsenhor Manuel das Neves, P. Manuel Franklin da Costa, P. Joaquim Pinto de Andrade, P. Lino Guimarães, P. Vicente José Rafael, P. Domingos Gaspar, P. Alfredo Osório e P. Martinho Campos (NEVES, 2013, p.8).

[8] *Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira* nº 5 (1962, p. 24).

Tabela 3: Frequência por "raça" no Liceu Nacional Diogo Cão no ano lectivo 1951-1952.

Frequência por raça	Percentagem
Brancos	92,27%
Mestiços	7,73%
Negros	0%

Fonte: *Ibidem*.

Quanto à educação do indígena, *o Boletim do Ensino da Colónia de Angola*, de 1931, é esclarecedor:

> O indígena tem de ser um indivíduo útil principalmente no seu meio de origem e só o poderá ser, uma vez preparado, uma vez educado nos costumes salutares do trabalho. O indígena na escola primária estaria deslocado, tornando-se altamente prejudicial a si e aos seus semelhantes. Devemos procurar evitar a difusão de escolas primárias nos povoados selvagens (SILVA, *apud* VIEIRA, 2007, p. 49).

Esta política educativa visava usar a população indígena em diversas frentes de trabalho: braçal, servil, doméstico, e outros na administração colonial, nas estradas, pontes e fábricas. Portanto, ensinar o evangelho, a cultura portuguesa, a ler e a escrever era essencial para a funcionalidade das relações do trabalho colonial implantado (SILVA, 2019, p. 12). Através do Decreto nº 31.207, de 05 de abril de 1941, o Estado Português, deixou e privilegiou a educação dos negros a cargo das missões católicas em oposição das missões protestantes (ÁVILA, *apud* VIEIRA, 2007, p. 55).

O Estado Novo assegurou teoricamente o assimilacionismo como o princípio reitor da sua política educativa para Angola, mas na prática dificultou o acesso de uma maioria de indígenas ao ensino. A escola começou por ser implementada em locais onde houvesse uma concentração da população de colonos, por forma a permitir que estes tivessem acesso à escola, em detrimento dos homens e mulheres nascidos em Angola, principalmente a que vivia no meio rural (VIEIRA, 2007). O que expõe a contradição entre a teoria e prática de assimilação. Lúcio Lara ilustra esta ideia ao considerar:

> Os distritos de Moçâmedes e Huíla, que formavam uma das três circunscrições escolares por que estavam distribuídas mais escolas, eram aqueles onde havia maior densidade da população branca. Num total de 1490 alunos nestes distritos havia em 1933, 1125 brancos nascidos em Angola, 104 brancos metropolitanos, 234 mestiços e 27 negros. No distrito do Cuando Cubango, onde a população branca era de 132, num total de 92.695 habitantes, até o ano de 1951 não existia o ensino oficial (LARA, 1954, p. 4-6).

Mário Pinto de Andrade (1955, p. 1-2) acrescenta que em "1953, Angola contava com 939 estabelecimentos escolares destinados ao ensino dos indígenas e 278 destinados ao ensino

dos brancos e assimilados", o que não atendia às necessidades locais, considerando-se a quantidade de indígenas em relação à brancos e assimilados. O censo de 1950 estabelecia 4.036.547 negros, 29. 550 mestiços, 78.903 brancos (LARA, 1954, p. 5). Além disso, os números orçamentais são bem elucidativos do desprezo que os governantes portugueses tiveram à educação dos angolanas: enquanto se reservava um gasto de 147 dólares americanos anualmente para a educação de cada branco ou assimilado, o mesmo gasto em relação ao indígena era de apenas 4,50 dólares americanos (*Ibidem*).

Durante o Estado Novo a grande maioria da população indígena continuava sem escolarização. Os poucos que tinham acesso à escola eram treinados para servir à administração, ou como mão-de-obra barata para as firmas capitalistas privadas, pertencentes a europeus. Isso revela a seleção daqueles que participarão na continuação do domínio e exploração colonial (RODNEY, 1975, p. 347). A título ilustrativo, em 1930 o sistema de educação indígena contava com 2.000 alunos, espalhados pelas escolas oficinas e rurais (KEBANGUILAKO, 2013, p. 3):

> As escolas oficinas tinham o objectivo de prover ao aperfeiçoamento e moralização dos hábitos e carácter das populações indígenas, disseminando o ensino das profissões manuais, de educação moral e da língua portuguesa, como necessárias e graduais etapas do seu progresso para a civilização mais perfeita, a maneira europeia. Criando nele [indígena] um sentimento de respeito e subordinação [em relação ao branco] (LARA, 1954, p. 4).

Quanto às escolas rurais para indígenas, Lúcio Lara esclarece:

> Tem este ensino por fim especial divulgar entre o gentio a língua portuguesa, bem como criar entre as crianças indígenas hábitos de higiene, de compostura e de trabalho, predestinando-as a receberem facilmente os benefícios da civilização (*Ibidem*).

Fred Bridgland, faz saber que "em 1936, apenas 1% da população negra, em idade escolar, frequentava a escola" (BRIDGLAND, 1987, p. 26). A partir de "1937 os indígenas passaram a ser enviados para as escolas elementares de arte e ofícios" (KEBANGULAKO, 2013, p. 3). Esta medida era vista "como estádio necessário para a promoção das populações". [9] Em nada alterou o ínfimo número dos indígenas na escola, uma vez que:

> Numa estimativa feita pela UNESCO em 1958, o índice de analfabetismo entre os negros angolanos ascendia a 97%. Por volta de I960, apenas 38.000 negros, de uma população africana de 4.600.000 habitantes, desfrutavam do estatuto de

[9] Jornal da Huíla, 15 de junho de 1967.

> assimilado, um número que perfazia menos de 9 em cada 1000 pessoas (*apud* BRIDGLAND, 1987, p. 26).

As políticas educativas em Angola depois da II guerra mundial

Com o surto do nacionalismo moderno angolano, depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a política educativa portuguesa para Angola virou-se para a consolidação de uma *Angola Portuguesa,* que rejeitasse, resistisse e eliminasse as forças opositoras e independentistas. Foi dentro deste propósito que em 1944, é fundada pelo Estado Novo, primeiro em Coimbra e, mais tarde, no Porto, a Casa dos Estudantes do Império (CEI). Este projeto visava aglomerar todos os estudantes oriundos das colônias portuguesas num mesmo espaço para que melhor os pudessem controlar e preparar, com o intuito de vir enquadra-los na administração colonial e reproduzir o sistema opressivo que o regime do Estado Novo prosseguia. [10]

Com as revoltas libertadoras populares desencadeadas em 1961, a educação começou a ser encarada, simultaneamente, como instrumento de luta contra a guerra de libertação e de promoção da portugalidade (GOMES, 2014, p. 4). Depois de 1960 registra-se um aumento significativo de africanos no sistema de ensino geral e a criação do ensino superior em 1963. Ermelinda Liberato, sobre a expansão e inclusão dos nativos no sistema de ensino público em Angola neste período, nota:

> A partir de 1961, verificou-se o crescimento da rede escolar primária nos centros urbanos e em certas zonas rurais, fruto do programa *Levar a escola à Sanzala: Plano de Ensino Primário rural em Angola 1961-62,* levado a cabo pelo então Secretário Provincial da Educação, Amadeu Castilho Soares. Este plano visava o ensino da Língua Portuguesa em todo território angolano, sobretudo fora dos centros urbanos, onde havia poucos nativos com o domínio do português (LIBERATO, 2014, p. 9).

Uma medida que deve ser percebida como tentativa de afrontamento e neutralização das ideologias nacionalistas, e de criar um Portugal pluricontinental e multirracial, como forma de apaziguar e assim neutralizar desejos independentistas. Tal como informa Américo Boavida:

> Em nossos dias […], os colonialistas portugueses, com efeito, através de uma propaganda enganosa, esforçam-se em fazer aceitar que os novos projectos e as novas instituições postas em vigor nestes últimos anos, e que não são mais que a consequência da sublevação armada do povo angolano, têm como objectivo fazer participar a população autóctone na vida administrativa, política, económica e social do país. Todavia, os colonialistas portugueses persistem em recusar o Direito de Angolanidade aos povos e populações angolanas, e

[10] União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, 2017, p. 7.

> impuseram mesmo, o fim do indigenato, pelo Decreto-Lei nº 43893, de 6 de setembro de 1961, a cidadania portuguesa a todos os autóctones (BOAVIDA, 1967, p. 46).

Esta ideia é promulgada no guia do alfabetizador *A vitória é certa: a luta continua*, publicada em 1980 pelo Ministério da Educação de Angola:

> Nos últimos anos do colonialismo, tentou-se enganar o povo, mostrando que se preocupava em aumentar o número de escolas para os filhos dos camponeses e operários. Mas na prática, pretendia-se controlar o povo, impedir que as ideias de libertação se espalhassem, convencer todas as crianças e os seus pais de que eram portugueses e não angolanos, e de que as lutas heroicas da libertação eram simples actos terroristas. [11]

A exemplo disto, a portaria de 19 de fevereiro de 1964, peça central da reforma educativa da década de 60 do século passado, embasava um projeto de assimilação da cultura europeia, discriminação e extinção da cultura angolana, uma vez que os programas e conteúdos de ensino diziam respeito à realidade portuguesa. Vieira (2007, p. 56) afirma que "estudava-se a flora, a fauna, a história, a geografia de Portugal, criando-se um vazio cultural acerca de conhecimentos da realidade de Angola". Numa abordagem similar, Catarina Antunes Gomes, ao analisar a portugalidade no ensino colonial depois de 1960, descreve:

> Ao ensinar a geografia de Portugal, o professor terá sempre presente a intenção de dar às crianças a consciência da unidade portuguesa […]. Na disciplina de Língua Portuguesa […] é recomendado que fossem implementadas, a recitação de poesias de amor à Pátria Portuguesa. Na disciplina de História, foram incluídos textos que ilustravam os momentos canónicos da história oficial do Portugal europeu e descobridor. Que permitisse a consolidação do sentimento de patriotismo, dando-lhe forma consciente e esclarecida (2014, p. 5-6).

É evidente que, ao longo de cinco séculos de presença portuguesa em Angola, a política de educação impôs uma cultura de destruição daquela existente, visando *portugalizar o angolano*, transformá-lo num mero instrumento de trabalho em benefício do regime colonial, enquanto selecionava uma minoria de indígenas para servir de ligação entre a administração colonial e o colonizado, no seu processo de domínio e exploração de Angola. Ao dificultar e negligenciar o fomento do ensino aos indígenas, a administração colonial criava mão-de-obra barata para o desenvolvimento do colonialismo, capitalista na sua essência. Ao *portugalizar o angolano*, o sistema colonial procurava evitar qualquer aspiração política dos angolanos a um maior sentido de autonomização, perpetuando assim o regime. Em função da política educacional

[11] Ministério da Educação de Angola, apud Gomes, 2014, p. 8.

colonial portuguesa, à data da independência, num universo de 4.500.000 angolanos, menos de 1% dos angolanos tinha adquirido o estatuto de assimilado[12] (HENDERSON *apud* VIEIRA, 2007, p. 54).

A criação do ensino superior em Angola

Para melhor compreendermos a criação do ensino superior em Angola, devemos entender a orgânica do funcionamento da educação nas colônias portuguesas. O *Jornal da Huíla,* na sua edição de 26 de julho de 1962, expunha que a criação de cursos universitários na colônia não era da competência do Governador-Geral, ou do Conselho Legislativo de Angola, mas prerrogativa do Governo Central.

O Papel de Sá da Bandeira (Lubango) na criação do ensino superior em Angola

As aspirações para a instalação da universidade em Angola, começaram em Sá da Bandeira em 1938, quando o Liceu Nacional Diogo Cão deu início ao Sétimo ano. Nesta época, surgiram algumas vozes no periódico de Sá da Bandeira, intitulado *Notícias da Huíla*, e de pessoas singulares: "o capitão Sousa Dias e outros professores do Liceu pediam o ensino superior em Angola". [13] Mas foi durante a década de 40, que se gerou em Sá da Bandeira ações populares para a cidade receber a futura universidade de Angola (SILVA, 2016, p. 29).

O *Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira,* nº 5, (1962, p. 27-70), revela que a capital da Huíla possuía soberbos motivos para albergar o Ensino Superior em Angola. Em 1956 era a única cidade de Angola com uma escola do ensino médio profissional e dispunha também de um Liceu como preparação pré-universitária (*Ibidem)*; a par disto, altas figuras da administração colonial portuguesa consideravam a cidade de "Sá da Bandeira o lugar ideal para a criação da Universidade em Angola" (*Boletim da câmara municipal de Sá da Bandeira,* nº 5*,* 1962, p. 80).

Figura 1: Liceu Nacional Diogo Cão em 1962 (hoje, Faculdade de Direito da Universidade Mandume Ya Ndemufayo)

[12] Aquele que tinha adotado todos os aspectos, costumes e valores portugueses de uma forma tal que, à excepção da cor da pele, se transformara num português, afastando-se totalmente da sua própria cultura e tradições "tribais" de uma maneira radical. (BRIDGLAND, 1987, p. 25-26). Aquele que tinha abandonado inteiramente os usos e costumes africanos, que sabia falar, ler e escrever correntemente a língua portuguesa, adoptado a monogamia e que exercia uma profissão, arte, ou ofício compatível com a civilização europeia. Torna-se necessário acrescer que havia todo um processo burocrático de transição legal para este estatuto.

[13] Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira, nº 5, 1962, p. 27.

Fonte: *Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira,* nº 5, (1962, p. 28).

Figura 2: Edifício da antiga escola dos Regentes Agrícolas do Tchivinguiro em 1969, extraído do documentário do arquivo da RTP de Portugal[14] (hoje, Instituto Médio Agropecuário).

No Jornal da Huíla, lê-se que Rafael Ávila de Azevedo, Diretor Provincial dos Serviços de Instrução de Angola entre 1947 a 1957, quanto à criação da Universidade de Angola, declarava: "como sempre disse e escrevi, deve ser Sá da Bandeira a primeira cidade universitária de Angola. A primeira, friso". [15] Com a mesma convicção Sá Viana Rebelo, no cargo de Governador-Geral de Angola, proferiu em novembro de 1957 o seguinte:

> A instalação duma Universidade em Angola será realidade dentro de curto prazo. Durante a minha estadia em Lisboa tive com o Ministro da Educação algumas conversas a esse respeito e tudo faz crer que depressa se chegará a um resultado prático. A Universidade ficará, possivelmente, localizada na cidade de Sá da Bandeira, que reúne uma série de condições que a recomendam para o efeito. Luanda não serve: é, de facto, uma cidade grande, mas nem oferece condições para um estudo cômodo e útil, nem possui um clima que ajude os escolares (*Ibidem*).

[14] Disponível em: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/encontro-de-regentes-agricolas-em-angola/ 9 minutos e 40 segundos, acesso em 1 de Junho de 2023.

Gilberto Freire, quando subiu às terras altas da Huíla, foi seduzido pela cidade de Sá da Bandeira e não perdeu a oportunidade para publicitar a criação da Universidade de Angola e expressou:

> Parece-me Sá da Bandeira o lugar ideal para o começo da Universidade. Um prudente começo de Universidade, articulada, com o sistema universitário da Europa: com professores, na sua maioria, vindos de Portugal […] e com um ano, pelo menos, de estudos que o aluno fosse fazer em Coimbra, em Lisboa ou no Porto. [16]

As acções dos filhos-do-país perante a inabilidade da metrópole na criação do ensino superior em Angola

O Estado Novo mostrava-se pouco favorável em satisfazer a petição da criação da Universidade em Angola. Em 1944, numa tentativa de conter as pequenas vozes que solicitavam o ensino superior nas províncias ultramarinas, criou, na Metrópole, a Casa dos Estudantes do Império (CEI), "para que os estudantes das colónias depois de concluídos os liceus e os cursos médios, fossem em Portugal frequentar cursos universitários". [17] Mas os colonos das províncias consideravam o envio de seus filhos à Europa para cursar o ensino superior, dispendiosa e pouco frutuosa.

> Invocavam a incerteza dos filhos na escolha da profissão definitiva, a relutância dos novos formados em regressar às províncias, os altos custos para a formação em Portugal e a desadaptação ao ambiente da província após uma estadia na Europa. Os colonos das províncias, consideravam que era mais útil e sumamente mais económica a criação do Ensino Superior nas Províncias Ultramarinas. [18]

Por este motivo, os colonos continuaram a propagar a criação do ensino superior localmente, a tal ponto que, em Angola, durante a década de 50 do século passado, as vozes para a criação do ensino superior ganharam ressonância sem precedentes, atingindo a opinião pública: "a fundação da Universidade em Angola começou a ser objecto de análise e larga discussão no seio das populações e dos jornais de Angola". [19] A solicitação da Universidade em Angola atingiu o Ministro das Colónias Teófilo Duarte, que se mostrou em favor e abraçou carinhosamente a iniciativa. O assunto tornou-se oficial:

---

[15] Jornal da Huíla, 5 de dezembro de 1968, p. 7.
[16] Boletim da câmara municipal de Sá da Bandeira, nº 5, 1962, p. 24.
[17] união das cidades capitais de língua portuguesa, 2017.
[18] Boletim da câmara municipal de Sá da Bandeira, nº 5, 1962, p. 20.
[19] Boletim da câmara municipal de Sá da Bandeira, nº 5, 1962, p. 27.

> Gerou-se um clima favorável, um ambiente académico para Sá da Bandeira receber a futura universidade de Angola. Em 1959, surgiu em Sá da Bandeira, o movimento pró-universidade de Angola, que passou a defender a criação da universidade em Angola. Os anseios da população ampliaram-se. As vozes adquiriram então um volume de coro. Já não eram apenas ecos isolados a repercutirem-se neste ou naquele jornal. Ganharam consistência e subiram até as instâncias superiores. [20]

Assim sendo:

> A Comissão Pró-universidade, encabeçada pelo Presidente da Câmara Municipal de Sá da Bandeira, deslocou-se à Luanda para tratar com o Ministro do Ultramar, Adriano Moreira a fundação da Universidade em Angola. Pediram encarecidamente a criação da universidade de Angola em Sá da Bandeira. Novos esforços foram feitos. A Comissão, constituída pelo seu representante em Lisboa Major José Ramos Camisão e por um ilustre de Sá da Bandeira, Dr. Fernando Gouveia da Veiga, foi recebida em Lisboa pelo Senhor Dr. José de Azevedo Perdigão, benemérito Presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian[21]. Esta fundação, mostrou-se a favor do projecto e disponibilizou-se conceder até 30 mil contos para a criação da Universidade de Angola. [22]

Faltava apenas o aval da Administração da Metrópole para a criação da Universidade em Angola. "A Rádio Clube da Huíla e à Comissão Pró-universidade iniciaram uma autêntica e bem orientada campanha de publicidade". [23]

Eugénio Alves da Silva afirma que, apesar das incessantes e redobradas ações de petição para a fundação da Universidade em Angola, "a resposta do Governo Português continuava a traduzir-se numa recusa de instalar em Angola o ensino superior, com receio de que isso contribuísse para a evolução da consciência nacionalista na colónia" (SILVA, 2016, p. 29). Prevalecia a lei nº 2066, de 27 de junho de 1953, que proibia o funcionamento do ensino universitário no Ultramar. [24] Eugénio Silva afirma que as autoridades metropolitanas portuguesas "manifestavam um forte receio à implementação do ensino superior em Angola, uma vez que presumiam o florescimento do sentimento patriótico e da consciência nacionalista nas suas colónias, propenso a acontecer, fruto da política colonial" (SILVA, 2016, p. 159).

Por isso, quando o Governador-Geral de Angola, Sá Viana Rebelo pediu em Lisboa, em meados de 1950, a instalação da Universidade em Angola, demonstraram-lhe a "inoportunidade política de tal iniciativa que seria, à semelhança do que se passou no Brasil, um foco do

[20] Boletim da câmara municipal de Sá da Bandeira, nº 5, 1962, p. 28.
[21] Informação sobre a Fundação Calouste Gulbenkian disponível em https://gulbenkian.pt.
[22] Boletim da câmara municipal de Sá da Bandeira, nº 5, 1962, p. 58.
[23] Boletim da câmara municipal de Sá da Bandeira, nº 5, 1962, p. 28.

nacionalismo e uma contribuição para o movimento de independência" (SILVA, 2016, p. 29). Por isso, à entrada nos anos de 1960, o ensino Superior em Angola continuava uma veleidade. Contudo,

> As acções da Rádio Clube da Huíla em favor da criação da Universidade em Angola, se tornou incómoda para a Metrópole e obrigou a sua suspensão e, as actividades da Comissão Pró-universidade, foram acoimadas de antinacionalismo. Entretanto, a Comissão Pró-universidade encabeçada pelo Presidente da Câmara Municipal de Sá da Bandeira, não se esmorecia e continuava a trabalhar com vista a instalação do ensino superior em Angola. [25]

As ações desempenhadas pela rádio e pela Comissão serviram de impulso para muitos que pediam pela Universidade em Angola a qualquer preço. Outros fatores tiveram importância: as reivindicações dos movimentos nacionalistas[26], juntamente com a pressão exercida pela comunidade internacional pelo fim da colonização, sob efeitos da Conferência Afro-Asiática de Bandung[27], assim como a necessidade, da classe burguesa de Angola deixar de enviar os seus filhos para Portugal, a fim de cursarem o ensino superior, impulsionou esta pressão para a criação do ensino Superior em Angola (FILHO; ALEAGA, 2021, p. 181). Essa pressão ficou evidente em outubro de 1961, durante a visita do Ministro do Ultramar, Adriano Moreira em Angola. Que mesmo sabendo da orgânica do funcionamento da educação nas colônias portuguesas, as autoridades angolanas, encabeçado pelo Governador-Geral, General Venâncio Deslandes apresentaram ao Ministro do Ultramar, Adriano Moreira,

> Um projecto sobre a criação do ensino superior em Angola, nos cursos de Letras, Ciências, Ciências Pedagógicas, Saúde, Economia, Estatística, Comunicações, Edificações e Urbanização, Hidráulica, Agronomia, Silvicultura, Pecuária, Veterinária, Biologia Agrícola e Engenharia Agrícola (SANTOS *apud* SILVA, 2016, p. 29).

O Ministro recusou tomar localmente qualquer medida e questionou a competência do Governo Provincial para iniciar este processo. Entretanto, a posição do Ministro não impediu o Governador-geral de Angola, General Venâncio Deslandes, de criar o ensino superior em

---

[24] Jornal da Huíla, 26 de julho de 1962, p. 1.
[25] Boletim da câmara municipal de Sá da Bandeira, nº 5, 1962, p. 28-56.
[26] A 04 de Fevereiro de 1961, instalou em Luanda uma revolta popular com ataques à Casa de Reclusão, ao quartel da Polícia de Segurança Pública (PSP) e à Emissora Nacional. Este fato é considerado pelo MPLA como o início da luta armada contra o colonialismo português. De 15 a 18 de março de 1961, na região dos Dembos (Norte de Angola), a população Bacongo empreendeu uma insurreição que se alastrou nos distritos de Luanda, Cuanza Norte, Malanje, Uíge e Zaire (SAVITE, 2014, p. 30-31).
[27] Esta conferência foi realizada na cidade de Bandung na Indonésia no dia 18 de abril de 1955, abriu o caminho à independência dos povos sob domínio colonial, ao assumir a luta-anticolonial como via de libertação (KI-ZERBO, 1972, p. 163; SAVITE, 2014, p. 141; SILVA, 2016, p. 29).

Angola, com o "Diploma Legislativo nº 3235 de 12 de abril de 1962, aprovado pelo Conselho Legislativo de Angola com um voto contra num total de 21, [que] criava [assim] o Ensino Superior em Angola" (JACOB, 2018, p. 112-113). Em reação, a Junta de Educação Nacional, órgão instituído pelo Governo Central, considerou esta decisão inconstitucional e, através do Diploma Legislativo nº 44472, do Ministério do Ultramar, anulou o Diploma nº 3235 que pretendia criar o ensino Superior em Angola. [28] A Junta de Educação Nacional justificava a sua posição: "para a Junta, os diplomas submetidos ao seu parecer são inconstitucionais porque nem o Governador-Geral nem o Conselho Legislativo dispõem de competência para a criação dos cursos universitários (*Ibidem*). Por sua vez, o Governador-Geral General Venâncio Deslandes tentou defender com firmeza as pretensões da população angolana, quanto à instituição do ensino universitário em Angola. Ele declara:

> De facto, reconheço que há muito de inovação em relação à ortodoxia do ensino nos diplomas que informam o diploma em discussão, queria informar também a Vossa Excelência que não se trata de um golpe puramente audacioso e sem fundamento, porque na organização que está prevista colaboraram, não direi todos, mas alguns ou muitos dos mais célebres professores da Universidade Portuguesa. Esses professores deram o seu aplauso ao trabalho inicial que aqui tinha sido feito e posso dizer que as melhores cabeças neste campo que possuímos na Província deram o seu aplauso e introduziram as modificações que entenderam convenientes para que os cursos dessem perfeita satisfação aos técnicos. [29]

Mas a decisão da Junta de Educação Nacional manteve-se irreversível quanto à não implementação do ensino Superior em Angola. A reação dos colonos de Angola a esta decisão não se fez esperar, conforme patente no *Jornal da Huíla*, num artigo intitulado "A reacção da Imprensa de Angola perante a primeira decisão do Governo Central acerca dos Estudos Universitários". O diário *o Comércio*, citado pelo *Jornal da Huíla* a 26 de julho de 1962, no artigo intitulado "Momento que exige a maior ponderação", expunha o seguinte: "o parecer da Junta Nacional de Educação e o decreto, anulando um diploma legislativo do Governo de Angola, suscitam, como é natural, fundamentação. A Universidade é um anseio justíssimo das populações ultramarinas. [30] Ainda no *Jornal da Huíla*, lê-se o noticiário publicado pelo Jornal *O Lobito*, sob epígrafe "Foi inesperadamente anulada toda a legislação que criou o ensino universitário em Angola", o comentário de Martins Amaral:

[28] Jornal da Huíla, 26 de julho de 1962, p. 1.
[29] Jornal da Huíla, 26 de julho de 1962, p. 1.
[30] apud Jornal da Huíla, 26 de julho de 1962, p. 2.

> O parecer da Junta Nacional de Educação, conhecido ontem, dia 19, sobre os Centros Universitários de Angola e a decisão do Ministro do Ultramar de anular os diplomas referentes ao assunto, promulgados pelo Governo-Geral, fizeram desabar uma das nossas mais belas, humanas e legítimas aspirações: a criação de estudos superiores. Depois de tanta luta, de tanta tinta ter corrido sobre o assunto, de nos terem mantido na certeza da próxima existência de cursos universitários, de terem deixado os pais fazerem planos sobre os estudos dos filhos e a estes fazer projectos de futuro, surgiu a abrupta e drástica decisão ministerial, fundamentada num parecer muito discutível. Quando a notícia da anulação foi conhecida […] em cada um de nós abriu um vácuo enorme (*Ibidem*).

Surgiram mais discursos que espelhavam o descontentamento da população quanto à anulação do ensino superior em Angola, enquanto expressavam a certeza de que os cursos Universitários em Angola eram urgentes e indispensáveis. Conforme expunha o *Jornal da Huíla,* o comentário de Martins Amaral no Jornal *O Lobito*:

> Hoje, mais do que em qualquer época da nossa história, precisamos de homens cultos, com uma preparação técnica, humanística, económica e jurídica à altura dos gigantescos problemas que temos pela frente. Só com os cursos superiores conseguiremos sobreviver. Sem eles será a morte, a morte histórica de um povo. [31]

Na mesma nota, Martins Amaral prosseguia:

> Numa época em que todos os povos procuram valorizar-se através duma instrução superior, nós teimamos em manter apenas três universidades para uma população de cerca de 24 milhões de habitantes, com a agravante de mais de metade dessa população residir a milhares de quilómetros de distância dos centros universitários. Isto, somado a tantas coisas mais, faz-nos pensar que a Providência nos abandonou e condenou à triste condição de satélites doutros povos. (*Ibidem*)

Nesta altura, a implementação do ensino superior em Angola era vista por muitos colonos como um direito inadiável, como se pode ler: "o estudo é uma obrigação que se impõe a todos nós e que aos governos cumpre fomentar. Não é um privilégio, não é condição inerente a uma casta ou circunscrita a um território: é um direito que nos nossos dias não pode ser negado a quem lhe quer ter acesso. [32]

A vitória dos colonos: finalmente é criado o ensino superior em Angola

[31] Jornal da Huíla, 26 de julho de 1962, p. 2.
[32] Jornal da Huíla, 26 de julho de 1962, p. 3.

Diante da fervorosidade com que se pedia a instalação da Universidade e com a crescente onda de insurreições independentistas, o Governo da Metrópole não podia adiar por mais tempo a fundação do ensino superior em Angola. Assim sendo, o Governo Português promulgou apressadamente o Decreto-Lei nº 44 530, de 21 de agosto de 1962, que criava os Estudos Gerais Universitários (EGU) de Angola e de Moçambique (SILVA, 2016, p. 30). O referido decreto foi anunciado na Câmara Municipal da Beira, em Moçambique, pelo Ministro do Ultramar Adriano Moreira (*Boletim da câmara municipal de Sá da Bandeira*, nº 5, 1962, p. 37). A Junta Nacional de Educação estabelecia o funcionamento dos EGU obedecendo os regulamentos das universidades metropolitanas, conforme determinado nos Artigos 1º e 4º deste Decreto-Lei:

> Artigo 1º - São criados, nas Províncias de Angola e Moçambique, os Estudos Gerais Universitários, integrados na Universidade Portuguesa; Artigo 4º - As cadeiras e cursos professados nos Estudos Gerais Universitários terão perfeita equivalência com as cadeiras e cursos correspondentes professados em qualquer outro estabelecimento de ensino superior e serão válidos em todo o território nacional. [33]

A inauguração dos Estudos Gerais Universitários em Angola aconteceu em 06 de outubro de 1963, pelo Presidente da República Portuguesa, Américo Thomaz. Na fase inicial da implementação do ensino superior, a Reitoria estava fixada em Portugal e ministrava-se apenas até o bacharelado[34] em Luanda, devendo os alunos concluírem as licenciaturas em Portugal, através da concessão de bolsa de estudos (SILVA, 2016, p. 30). Os cursos eram: Engenharia Civil, Engenharia de Minas, Engenharia Mecânica, Engenharia Electrotécnica e Médico-cirúrgico (GUEBE, 2019, p. 129). Salienta-se que neste período:

> O acesso à Universidade estava destinado apenas a alta burguesia. Depois da extensão dos Estudos Gerais Universitários nas cidades de Nova Lisboa [actual Huambo] em 1965 e Sá da Bandeira [actual Lubango] em 1968 é que os brancos da média e baixa classe social começaram a ter acesso à Universidade. Os negros, cuja maioria se enquadrava na camada social mais desfavorecida, praticamente lhes era vedado o ensino superior (CARVALHO, 2012, p. 2).

Com a fixação da Reitoria em Luanda, no ano de 1965, os Estudos Gerais Universitários expandiram-se no mesmo ano em Nova Lisboa [atual Huambo], lecionando os cursos de Medicina Veterinária, Agronomia e Silvicultura (SILVA, 2016, p. 30). Em 1968 os EGU adquiriram o estatuto de Universidade, passando para a designação de Universidade de Luanda. Neste ano de 1968, Sá da Bandeira [atual Lubango] começou a lecionar o curso superior de

[33] Jornal da Huíla, 26 de julho de 1968, p. 3.
[34]Equivalente ao 3º ano.

Matemática[35] e no ano letivo 1969/70 foi implementado a Faculdade de Letras. O *Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira* expõe: "a Faculdade de Letras ministrava até o nível do bacharelato os cursos de História, Românicas, Geografia e, à licenciatura, os cursos de Engenharia Geográfica e as Ciências Pedagógicas" (1974, p. 36).

Em 1976, já no período independente, através da portaria 77/76 de 28 de setembro, a Universidade de Luanda foi transformada em Universidade de Angola, que posteriormente, em 25 de janeiro de 1985, passou a ser designada de Universidade Agostinho Neto (UAN), em homenagem ao primeiro Presidente de Angola que foi igualmente o primeiro Reitor da UAN (DUNGULA, 2019, p. 43; JANUÁRIO, 2020). Ainda no pós-independência, a Faculdades de Letras deixou de funcionar no ano letivo de 1977/78, sendo oficialmente encerrada em 1980. Conforme lê-se no Decreto nº 95/80 de 30 de agosto do *Diário da República* de Angola, no seu artigo 1º: "é extinta a Faculdade de Letras do Lubango". [36] O ISCED do Lubango herdou o pessoal e o patrimônio da extinta Faculdade de Letras (*Ibidem*). No Huambo, antiga Nova Lisboa, em 1982 surgiu o ISCED-Huambo.

Conclusão

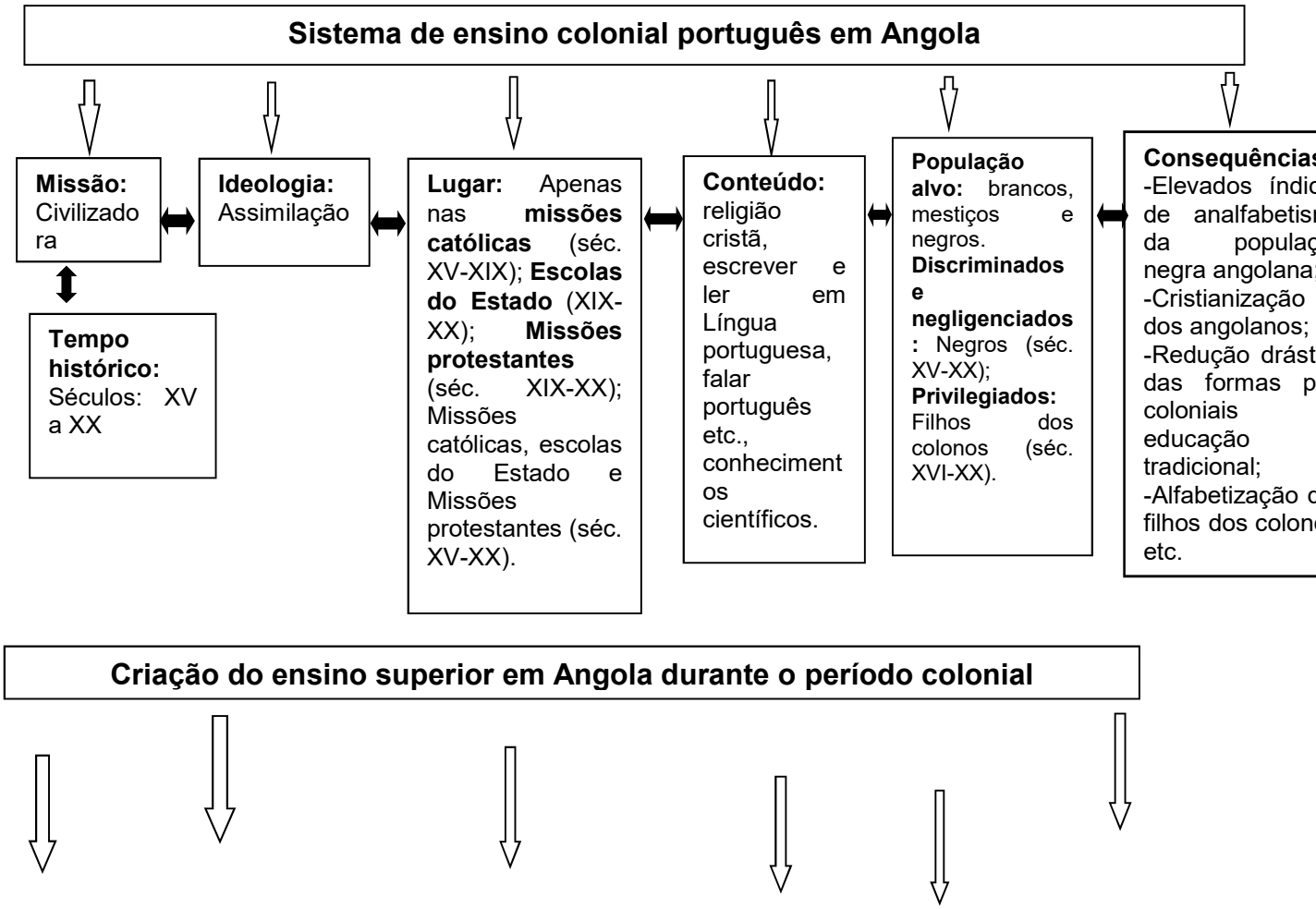
Quando os portugueses chegaram no reino do Congo (hoje, parte dele, constitui parte da República de Angola), no século XV, acreditavam na superioridade da sua cultura e, com ela deram início ao que compreendiam ser a sua missão civilizadora, que devia passar pela cristianização e portugalização dos africanos. O Governo colonial português implantava a ideologia assimilacionista com o auxílio da igreja católica. A partir do século XIX, com a implantação das missões protestantes em Angola, os africanos tiveram contato com um ensino diferenciado: que promovia a ideologia local, em detrimento aos valores colonialistas (VIEIRA, 2007; SILVA, 2019).

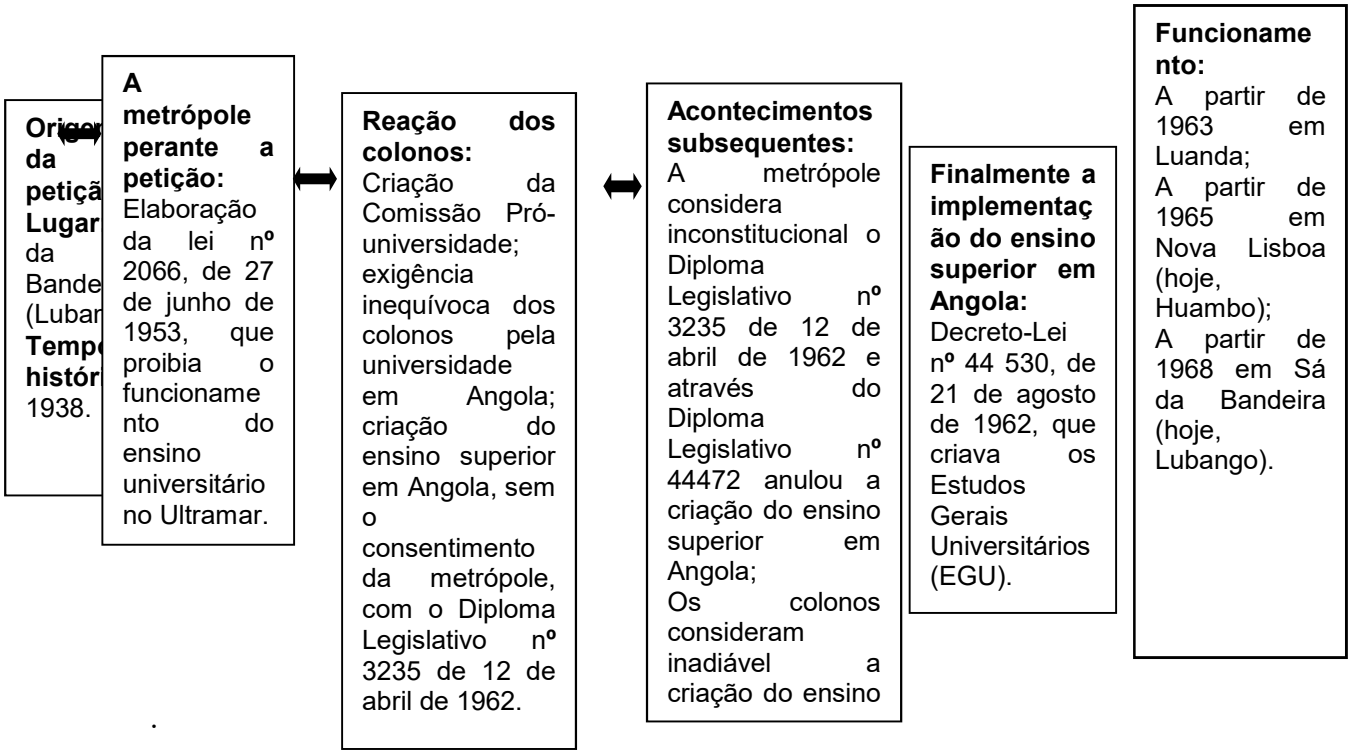
Com a chegada de brancos à colônia de Angola, o governo colonial português negligenciou a expansão da educação escolar em locais onde havia pouca população branca. Mas com o desenvolvimento do sentimento nacionalista, manifestado com o eclodir das guerras de libertação colonial em 1961, o governo expandiu a rede escolar, implementou o ensino superior, reforçou o projeto de assimilação da cultura europeia, embasado na discriminação e na extinção da cultura angolana. Essas ações não surtiram os resultados esperados pela administração colonial, visto que, a independência foi proclamada em 11 de novembro de 1975. Vale a pena

[35] Jornal da da Huíla, 7 de novembro de 1968.
[36] Diário da República de Angola, 1980, p. 792.

ressaltar que, à esta data, a grande maioria da população africana era analfabeta, o que revela a mentira da suposta missão civilizadora colonial.

A cidade de Sá da Bandeira, (hoje Lubango), beneficiou no período colonial de alguns projetos de ensino, que fizeram com que a cidade fosse o berço da petição para uma universidade em Angola. Enfatizou-se que o surgimento da universidade em 1962 foi uma exigência dos portugueses (brancos) que viviam em Angola e uma tentativa de apaziguar os ânimos que levantaram as irreversíveis ondas dos movimentos nacionalistas. A sua expansão em 1965 na cidade de Nova Lisboa (hoje Huambo), em 1968 na cidade de Sá da Bandeira, teve lugar apesar da prudência e relutância das autoridades metropolitanas que, a todo custo, procuravam retardar o amadurecimento da consciência nacional face à situação colonial. Depois da independência, em 1975, a Universidade de Luanda passou a designar-se Universidade de Angola, que a partir de 1985, veio a se chamar Universidade Agostinho Neto. A Faculdade de Huambo surgiu o ISCED-Huambo em 1982. Letras do Lubango, foi substituída no pós-independência pelo ISCED-HUÍLA em 1980 e no Huambo surgiu o ISCED-Huambo em 1982.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Maria da Piedade. **Metodologia Científica.** Lisboa: Escolar Editora, 2012.

ANDRADE, Mário Pinto de. **Possibilidades de estudo e condições de vida dos jovens angolanos.** Fundação Mário Soares/Arquivo Mário Pinto de Andrade,1955.

BENDER, Gerald. J. **Angola sob Domínio Português – Mito e Realidade.** Lisboa: Sá da Costa, 1976).

BOAVIDA, Américo. **Angola Cinco séculos de exploração portuguesa.** Lisboa-Portugal: União dos escritores angolanos, 1967.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização,** 3ª edição. São Paulo: Companha de Letras, 1996.

BRIDGLAND, Fred. **Jonas Savimbi - uma chave de África**. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1987.

CARVALHO, Paulo de. **Evolução e crescimento do ensino superior em Angola**. Revista Angolana de Sociologia, 2012.

CONCHIGLIA, Augusta. **Agostinho Neto – da guerrilha aos primeiros anos da independência**. Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2019.

DUNGULA, Raimundo Amizalak**.** **Doutormania – Uma Patologia Académica**. Luanda: Edições Eco7, 2019.

FERNANDO, Emídeo. **O Último Adeus Português: História das Relações entre Portugal e Angola. Do início da guerra colonial até a independência**. Portugal: Oficina do Livro, 2005.

FILHO, Correia; ROA Aleaga. A historicidade do ensino superior desde a génese até à actualidade: suas transformações e impacto no sistema educativo angolano. **Revista Educación Política y Sociedad**, vol. 06, n. 01, p. 2445 - 4109, 2021.

GOMES, Catarina Antunes**.** O Mito da Portugalidade no Ensino Colonial: a História e a Razão Metonímica. Edições Pedagogo: Mulemba – **Revista Angolana de Ciências Sociais**, vol. 04, n. 08, p. 127 - 142, 2014.

GUEBE, António. **Educação escolar e educação tradicional: caminhos divergentes e convergentes**. Luanda: Mayamba Editora, 2019.

GUNGU, Rafael. **África até quando?** Angola: Challenge Angola, 2014.

HENDERSON, Lawrence. **A Igreja em Angola**. *2ª edição.* Viseu: Editorial Além-Mar. 2001.

JACOB, Edgar Essuvi de Oliveira. **Estudantes no Ensino Superior em Angola: Origens e Perfis Sociais, Trajectórias e Escolhas e Expetativas Escolares e Profissionais** (Tese). Doutorado em História, ISCTE – IUL, Lisboa, 2018.

JANUÁRIO, Flávio. **Motivação Estudantil e a Excelência Universitária – Práticas e Recomendações Necessárias para a vida Académica**. Benguela: Alupolo Editora, 2020.

KEBANGUILAKO, Dinis. O Sistema Educativo e a Homogeneização Cultural em Angola: Que Justiça Social pela Diversidade Étnica? **Anais V FIPED**, Campina Grande: Realize Editora, 2013.

KEBANGUILAKO, Dinis. **A Educação em Angola: sistema educativo, políticas públicas e os processos de hegemonização política na primeira República: 1975-1992.** Tese - (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia: Faculdade de Educação, Salvador, 2016.

KI-ZERBO, Joseph. **História de África Negra II**, 3ª ed. Paris: Biblioteca Universitária, 1972.

LARA, Lúcio. **O ensino em Angola**. Fundação Mário Soares/Arquivo Mário Pinto de Andrade. 1954.

LIBERATO, Ermelinda. Avanços e retrocessos da educação em Angola. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 19, n. 59, out.-dez, p. 1003 – 1031, 2014.

NEVES, Tony. **As igrejas e o nacionalismo em Angola**, 2013.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África.** Lisboa: Seara Nova, 1975.
RTP. Encontro de regentes agrícolas em Angola, 14-06-1969.

SAMUELS, Antony. **Educação ou Instrução: A História do Ensino em Angola (1878-1914).** Luanda: Mayamba, 2011.

SAVITE, Adilson. **Angola no Novo Contexto das Relações Internacionais (1961-1991).** Lobito: Escolar Editora, 2014.

SEVERINO, António Joaquim. **Metodologia de Investigação Científica**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SILVA, Eugénio Alves da. **Gestão do Ensino Superior em Angola: Realidades, Tendências e Desafios Rumo à Qualidade**. Luanda: Mayamba, 2016.

SILVA, Giselda Brito. **Salazarismo e Educação Colonial em África: Angola e Moçambique em Perspectiva Comparada.** Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2019.

VIEIRA, Laurindo. **Angola: A dimensão Ideológica da Educação 1975-1992**. Luanda: Editorial Nzila, 2007.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola.** Lisboa: Tinta da China, 2013.

ZAU, Filipe. **Do acto educativo ao exercício da cidadania**. Luanda: Mayamba editora, 2012.

DOCUMENTOS

Angola, Diário da República de. Conselho de Ministros – decreto nº 94/80 de 30 de agosto. Luanda, 1980.

Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira, nº 5, Sá da Bandeira: Gráfica Huíla, 1962.

Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira. **Boletim da Cultura**. Sá da Bandeira: Gráfica Huíla, 1974.

Huíla, Jornal da. *Por que haveremos de ter tudo mais pequeno do que os outros?* Director e proprietário Venâncio Guimarães Sobrinho, 15 de junho de 1967.

Huíla, Jornal da. Triunfo da firmeza e da persistência do general Venâncio Deslandes. Director e proprietário Venâncio Guimarães Sobrinho, 26 de julho de 1962.

Huíla, Jornal da. Projecto integral do decreto que institui os Estudos Gerais Estudos Gerais no Ultramar. Director e proprietário Venâncio Guimarães Sobrinho, 26 de julho de 1968.

Huíla, Jornal da. Estudos Universitários de Sá da Bandeira. Director e proprietário Venâncio Guimarães Sobrinho, 5 de dezembro de 1968.

Huíla, Jornal da. Curso de Matemática nos Estudos Gerais Universitários. Director e proprietário Venâncio Guimarães Sobrinho, 7 de novembro de 1968.

Portuguesa, U. das C. C. de L. **Casa dos Estudantes do Império 50 anos – Testemunhos, Vivências, Documentos**. Lisboa: UCCLA, 2017.

Recebido em: 17/08/2024
Aprovado em: 03/12/2024